

SESSÕES DO PLENÁRIO

51ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de junho de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Jacó Lula da Silva, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Maria del Carmen Lula, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (51) A Deputada Ivana Bastos encontra-se de licenciada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Jusmari Oliveira comunicando que, por participar de audiência Pública como presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural durante a realização da Bahia Farm Show, esteve ausente das Sessões no período de 27/5 a 1º/6/2019.

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a intervenção cirúrgica no dia 6/6/2019, esteve ausente nas Sessões por um período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Euclides Fernandes comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente nas Sessões por um período de 5 (cinco) dias a partir do dia 10/6/2019, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Que seja aceita e deferida a questão de ordem nos termos regimentais, marcado o tempo de 15 minutos regimentais para que os deputados possam comparecer ao plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a também será atendido.

Srs. Deputados, Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão formulado pelos deputados Targino Machado e Robinson Almeida. Convido todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes ao plenário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, eu gostaria, assim, de apelar, de fato, aos colegas para que venham a esta sessão, entendendo que nós estamos na última semana que precede às festividades do São João, feriado prolongado. Seria muito importante que esta sessão de hoje se realizasse... se realize, na verdade, não é? Será importante a realização desta sessão, a apreciação de uma série de projetos. Portanto, gostaria de corroborar esse chamado aos nossos colegas para estarem no plenário, com o objetivo de alcançar o quórum necessário.

Quero também, aqui, aproveitar e destacar a brilhante manifestação, a grande ação dos trabalhadores, das trabalhadoras na greve geral do dia 14, que mobilizou mais de 48 milhões de pessoas em todo o Brasil, com paralisações de setores estratégicos, inclusive, entendendo essas manifestações e essa greve geral não como uma balbúrdia ou como um transtorno para a população, mas, na verdade, como uma luta dos trabalhadores, uma forma, deputada Maria del Carmen, de os trabalhadores, e trabalhadoras expressarem a defesa dos seus direitos. Os trabalhadores têm todo o direito de reagir a um estado de dismantelo, de desconstrução de conquistas históricas.

Fiquei muito impressionada com o que aconteceu, no sábado, na reunião da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, quando o secretário Nacional do

Trabalho aqui do Brasil, Bruno Dalcomo, esteve nessa reunião e fez acusações absurdas à OIT, desqualificando os seus técnicos que revelaram preocupação com o desmonte dos direitos trabalhistas que vem acontecendo no país.

Ora, com base em todo o trabalho que seus os peritos fizeram no país nesses últimos 3 anos, desde a aprovação da reforma trabalhista e da Lei da Terceirização, a OIT demonstrou a flexibilização da vigilância em relação ao trabalho escravo. E o que aconteceu, presidente, com o nosso país depois disso? O Brasil entrou na Lista Suja dos 24 países examinados por suspeita de desrespeitarem as convenções internacionais do trabalho. No centro do debate está a Convenção 98 da OIT e a reforma trabalhista de 2017.

É um absurdo e é muito triste vermos o nosso país, deputado Robinson, entrar nessa Lista Suja, o que revela um retrocesso no que diz respeito ao Direito do Trabalho no Brasil, que vem sendo achincalhado, desmontado. E agora o governo quer dar o golpe mortal com a aprovação da reforma da Previdência.

Por isso, além de saudar essas manifestações, devo dizer que estive lá com a consciência da necessidade de apoiar aquele movimento em defesa da previdência pública e dos direitos trabalhistas. E aproveito para saudar os diversos parlamentares que estiveram lá, em especial o nosso senador Jaques Wagner, que prestigiou e caminhou junto com as trabalhadoras e os trabalhadores, resgatando suas raízes, dando o devido e necessário apoio às manifestações do dia 14, sobretudo à greve geral.

Essa greve geral uniu nove centrais sindicais em defesa dos direitos trabalhistas, contra esse governo nefasto que não tem compromisso nenhum com o Estado democrático de direito, que não tem compromisso com um projeto de nação, muito menos compromisso com aquelas e aqueles que mais precisam.

Este governo não pestanejou em acabar com o Ministério do Trabalho e não pestaneja em tomar medidas de desmonte, de dismantelo daquilo que os trabalhadores e trabalhadoras, com muita luta, historicamente conseguiram conquistar.

Encerro aqui a minha fala com o grito, com o pedido de justiça, porque tudo que foi revelado a partir da investigação do *Intercept*...

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu queria parabenizar o governador Rui Costa, que, na próxima quarta-feira, estará entregando ao povo, oficialmente, mais uma importante rodovia do nosso estado, completamente restaurada. É a BA-026, que liga o município de Santo Antônio de Jesus ao município de Amargosa. São cerca de 45 quilômetros da BA-026, que tem um papel muito importante para escoar a produção de toda a região, interligando a BR-101 e o Recôncavo Baiano ao Vale do Jiquiriçá.

O meu convite a todos para, na próxima quarta-feira – às 9 horas da manhã, em Varzedo, e às 11 horas, em Amargosa –, dois atos com o governador, para entregar oficialmente a BA-026, completamente restaurada, e novos anúncios para favorecer a agricultura familiar e o desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero aqui, também, colocar a minha grande preocupação com o que está acontecendo no nosso país. O presidente Bolsonaro, quando não tem uma crise interna no seu governo, inventa uma imediatamente. Então, é um governo de crises. E a última, no final de semana, foi a forma como ele demitiu o presidente do BNDES, Joaquim Levy.

Ele deu carta branca para que seu ministro da Economia montasse a equipe. E agora ele vai demitindo, fritando, colocando integralmente os seus assessores e os seus colaboradores no fogo, sem nenhum tipo de critério e de protocolo para fazer substituições na equipe.

Então, é um método inadequado de fazer confusões internas, de desagregar toda a equipe de apoio. Isso tem gerado consequências muito negativas para todo o mercado financeiro, especialmente para sua equipe de governo no BNDES.

Ele não quer lá um técnico ou alguém que trabalhe em favor do Brasil e de seu desenvolvimento. Ele quer um político para vender uma ideologia de caça às bruxas contra os governos do PT. E como eles não conseguem esse tipo de atitude, porque o governo Dilma e o governo Lula fizeram do BNDES um instrumento de desenvolvimento do país, ele manda demitir, sumariamente, o ex-ministro Joaquim Levy, então presidente do BNDES.

Esse governo deveria se preocupar em demitir outro ministro. Quem deveria estar no olho da rua chama-se Sérgio Moro, por cometer crimes importantes, como o crime da improbidade e o crime da negligência em relação às suas funções públicas. Ele, de forma cúmplice, aliou-se ao Ministério Público para orquestrar a condenação do presidente Lula. Ele maltratou a magistratura, violou a Constituição, extrapolou os seus limites como juiz e não tem mais nenhuma condição moral, política ou administrativa de ser ministro desse governo.

Moro renuncia já, ou Bolsonaro tem que demitir Moro, porque ele está sendo um estorvo no seu governo. E o presidente Bolsonaro diz que apoia Moro, mas, como tem feito com os demais colaboradores, quando a opinião e a popularidade sobre Moro caírem pelas tabelas, ele vai abandoná-lo no meio do caminho, como tem abandonado vários.

Por isso, o Brasil precisa de um novo caminho para desenvolver, para gerar emprego, distribuir renda, para ter um crescimento econômico. E o País não pode conviver com essa grande injustiça que é a prisão arbitrária, fraudulenta do presidente Lula comandada por Moro.

O STF para assegurar a justiça no Brasil deve imediatamente anular todas as decisões do Ministro Moro em primeira instância, porque ela carrega o germe destrutivo da ilegalidade. Moro fez, não como juiz, e sim como um agente político a condenação do presidente Lula. O STF tem que se levantar, tem que mostrar o seu lugar na história, o seu lugar na República e desautorizar todas as decisões contaminadas na origem pela parcialidade e pela falta de neutralidade do juiz que julgava os casos.

Sr. Presidente, aproveito o tempo para convocar todos os deputados a comparecerem para a gente garantir o quórum desta sessão.

(Procede-se à verificação de quórum.) (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como não há quórum legal, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.